

A PALESTINA

no tempo de Jesus

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Rolland, Bernard

A Palestina no tempo de Jesus / Bernard Rolland, Christiane Saulnier ; tradução de José Raimundo Vidigal. — 2. ed. - São Paulo : Paulus, 2025.

ISBN 978-85-349-5873-8

Título original: La Palestine au temps de Jésus

1. Bíblia - História de fatos contemporâneos 2. Palestina - História 3. Palestina – Aspectos econômicos 4. Palestina – Aspectos sociais I. Título II. Saulnier, Christiane III. Vidigal, José Raimundo

25-4320

CDD 933

Índice para catálogo sistemático:

1. Bíblia - História de fatos contemporâneos etc.

Bernard Rolland
Christiane Saulnier

Tradução e adaptação
Pe. José Raimundo Vidigal, CSsR

A PALESTINA

no tempo de Jesus



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Título original: *La Palestine au temps de Jésus*
© Éditions du Cerf, Paris, 1979

Direção editorial

Pe. Jakson Ferreira de Alencar

Gerência editorial

Elisa Zuigeber

Revisão

Tiago José Risi Leme

Luiz Henrique Ribeiro Lima

Design

Leonardo Cerretti

Imagem da capa

Getty Images

Impressão e acabamento

PAULUS

2ª edição, 2026



Conheça o catálogo PAULUS
acessando: paulus.com.br/loja,
ou pelo QR Code.
Televendas: (11) 3789-4000 /
0800 016 40 11

© PAULUS - 2026

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091
São Paulo (Brasil)
Tel.: (11) 5087-3700
paulus.com.br • editorial@paulus.com.br
ISBN 978-85-349-5873-8

ÍNDICE

O IMPÉRIO ROMANO	11
Situação política	11
Situação geográfica	14
Situação social	16
Situação econômica.....	18
A PALESTINA NO IMPÉRIO ROMANO	21
Origem dos interesses romanos na Palestina	21
A situação geopolítica	21
Os decretos em favor dos judeus	24
O regime herodiano.....	27
A ascensão política de Herodes.....	27
A política de Herodes.....	29
A sucessão de Herodes.....	31
O regime dos procuradores.....	31
A ECONOMIA DA PALESTINA NO SÉCULO I.....	37
Panorama geográfico	37
A agricultura	38
A indústria.....	43
O comércio	45
AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS	47
O templo	47
O edifício	47
O culto	50
Os círculos de santidade.....	54

A sinagoga.....	55
A reunião	55
Os edifícios.....	58
As festas.....	59
A festa da Páscoa	60
Pentecostes.....	62
Tendas	62
Outras festas.....	63
O sábado	64
A oração cotidiana	65
A SOCIEDADE JUDAICA.....	67
O clero	67
No ápice da hierarquia: o sumo sacerdote.....	67
Os sacerdotes.....	69
Os levitas	71
O povo	72
Os anciãos	72
A classe média	73
O povo	74
Os miseráveis.....	75
Os escribas	77
A mulher.....	80
O filho e a educação	82
O nascimento e seus ritos	82
A educação.....	83
O ensino superior	84
O matrimônio	86
Idade	86
O noivado	87
O matrimônio	88
O divórcio	90

OS GRUPOS POLÍTICO-RELIGIOSOS.....	91
Um pouco de história.....	92
Os saduceus.....	94
Os zelotas	96
Os fariseus.....	98
Os essênios	101
Os herodianos.....	102
Os movimentos batistas.....	103
Os samaritanos	103
 A RESISTÊNCIA JUDAICA	 107
Oposição à civilização greco-romana	107
As insurreições esporádicas.....	110
A revolta de 66-70 d.C.	112
A revolta de Bar-Kosba	117

O Filho de Deus não se fez homem, em geral: fez-se tal homem particular, judeu, galileu, num determinado momento da história do mundo. Como homem, ele foi, portanto, marcado pela geografia e pela história do seu país, por sua cultura; esteve sujeito às leis econômicas; entrou em conflitos políticos; partilhou das esperanças do seu povo...

Neste Caderno, fala-se pouco de Jesus, quase não se estudam textos bíblicos. No entanto, este é um estudo importante – e que muitas vezes se exigia de nós: uma apresentação das condições sociais, econômicas e políticas que fizeram de Jesus o homem que ele foi. Sem dúvida, um homem não se explica unicamente por essas diferentes condições, e Jesus menos que qualquer outro. Mas é conhecendo-as melhor que se vê surgir com mais clareza a originalidade da sua mensagem e da sua pessoa.

São numerosos os estudos sobre esse assunto e de variado valor. Aqui tratava-se, antes de tudo, de tentar uma síntese, abrindo pistas para outros estudos. Dois jovens especialistas aplicaram-se a esse trabalho: Christiane SAULNIER, licenciada em Teologia, é professora-assistente de História na Universidade de Paris I (Sorbona); Bernard ROLLAND, exegeta de Nancy, já apresentou o essencial de certos capítulos aos sacerdotes de sua região que trabalham com a classe operária.

Terminamos a preparação deste Caderno às vésperas do Natal. O berço onde foi depositado o Filho de Deus não é apenas a manjedoura de Belém; é, primeiramente, a civilização judaica que ele fez sua. Ao estudá-la, muitas páginas dos Evangelhos vão ganhar para nós um novo sabor. Possa o rosto de Jesus, homem e Deus, aparecer-nos aqui numa luz renovada.

Etienne CHARPENTIER

O IMPÉRIO ROMANO

A história da Palestina está estreitamente ligada à de Roma a partir do século I a.C. Para compreendê-la melhor, é necessário, portanto, apresentarmos rapidamente esse pano de fundo constituído pelo Império Romano, descrevendo a situação política, geográfica, social e econômica.

Situação política

No século I a.C., Roma, senhora da maior parte do mundo mediterrâneo, passa por uma profunda evolução. Desprovida da necessária infraestrutura administrativa, a velha Cidade-Estado assume com dificuldade a direção daquele imenso império. Os governadores que ela nomeia nem sempre são aqueles tipos gananciosos denunciados pela imaginação tradicional, mas é certo que as províncias estão muitas vezes sujeitas a uma gestão egoísta, por falta de uma verdadeira política de fusão. Essa ruptura entre Roma e seu império territorial reforça o poderio dos chefes militares, de sorte que o Senado não controla senão muito imperfeitamente a política externa, pela qual teoricamente ele é responsável. Ao mesmo tempo, ao nível interno, as instituições tradicionais parecem incapazes de resolver os conflitos entre os homens e as facções. As guerras civis, que irrompem em 49 a.C. e dilaceram o conjunto do mundo romano durante mais de quinze anos, são o resultado desta violência endêmica.

Essas guerras não são mais que batalhas e intrigas ressurgindo constantemente. Elas opõem primeiro César a Pompeu. Quando este morre, em 48, após sua vitória em Farsala, César combate os

adeptos do partido “republicano”. Seu assassinato, em 44, dá início a novos conflitos: o jovem César, chamado comumente Otávio, filho adotivo de César, persegue os assassinos do seu pai e luta a seguir contra as ambições de Marco Antônio, que é vencido em 31 em Actium. Minúcias destas guerras não nos interessam; o essencial é observar que através das ambições pessoais manifestam-se de fato *diversas concepções do poder*. De um lado, os “Republicanos” defendem as instituições tradicionais da Cidade-Estado, ao passo que César tenta estabelecer um poder pessoal, inspirado em grande parte no ideal do chefe que vigorou nas monarquias helenísticas. Marco Antônio, embora num grau inferior, terá, ao que parece, concepções semelhantes. Otávio, ao contrário, tirando a lição dos fracassos precedentes, beneficiando-se também do cansaço provocado pelas guerras civis, imagina uma solução mais moderada: conserva aparentemente as instituições republicanas e deixa em seu lugar as antigas magistraturas, mas monopoliza certo número de funções e de títulos que lhe garantem de fato o poder político, militar e religioso.

Além disso, o novo soberano – que assume o título de Augusto a partir de 27 a.C. – tem o mérito de haver reorganizado a administração do Império. Para isso, realiza uma divisão das províncias entre ele e o Senado: doravante, só as províncias pacíficas permanecem sob a alçada da velha assembleia e são governadas por procônsules; ao contrário, aquelas onde se aquartelam legiões ficam submetidas à autoridade direta do imperador, que para elas nomeia *legados* (legado de Augusto propretor). Certos territórios que apresentam uma situação especial são confiados a um *prefeito* ou um *procurador* (ver adiante, p. 25) que depende do legado da província imperial mais próxima; trata-se, muitas vezes, de um estatuto temporário que se aplicava a pequenos distritos, como os cantões dos Alpes ou a Judeia. O Egito constitui um caso à parte: é governado por um prefeito de ordem equestre e seu acesso é proibido sem autorização do soberano.

Para garantir a estabilidade do regime, Augusto vai enfrentar dois problemas: o da transmissão dos seus poderes e o da designação do seu eventual sucessor. De fato, por direito Augusto não estabeleceu um poder dinástico, suas atribuições não lhe pertencem

Resumo cronológico

Antes de Cristo

- 49 *César entra na Itália com seu exército; começo das guerras civis.*
Ditadura de César.
- 48 *Pompeu é vencido na batalha de Farsala.*
- 44 *Assassinato de César.*
- 43 *Triunvirato: Marco Antônio, Otávio e Lépido.*
- 42 *Os "Republicanos" são derrotados em Filipos.*
- 31 *Batalha de Actium: derrota de Marco Antônio e Cleópatra.*
- 27 *Otávio recebe o título de Augusto.*
O Senado lhe confirma seu poder tribúncio e lhe reconhece o domínio proconsular sobre as províncias imperiais.
- 12 *Augusto toma o título de Pontífice máximo.*
- 2 *Augusto é proclamado Pai da Pátria.*

Depois de Cristo

- | | | |
|---------|---|----------------|
| 14 | <i>Morte de Augusto</i> | |
| 14-37 | <i>Tibério</i> | |
| 37-41 | <i>Calígula</i> | dinastia dos |
| 41-54 | <i>Cláudio</i> | Júlio-Cláudios |
| 54-68 | <i>Nero</i> | |
| 68-69 | <i>Reinados efêmeros de Galba,</i>
<i>Otão, Vitélio.</i> | |
| 69-79 | <i>Vespasiano</i> | |
| 79-81 | <i>Tito</i> | dinastia |
| 81-96 | <i>Domiciano</i> | dos Flávios |
| 96-98 | <i>Nerva</i> | |
| 98-117 | <i>Trajano</i> | |
| 117-138 | <i>Adriano</i> | |
| 138-161 | <i>Antonino, o Pio</i> | dinastia dos |
| 161-180 | <i>Marco Aurélio</i> | Antoninos |
| 180-192 | <i>Cômodo</i> | |

como próprias e, portanto, não as pode legar; por outro lado, não tendo filhos, vai adotar sucessivamente diversos membros da sua família, suscetíveis de conseguirem a adesão do Senado e do exército por sua popularidade e suas capacidades, e entregar-lhes responsabilidades importantes. Os lutos que rodearam sua velhice obrigaram-no a adotar finalmente o filho de sua mulher, Tibério, que foi proclamado imperador quando da sua morte, em 14 d.C.

Tibério (14-37 d.C.) foi julgado com muita severidade pelos historiadores antigos. Parece que esse imperador, contemporâneo da vida pública de Cristo, foi um personagem de psicologia muito complexa, particularmente imbuído do esplendor de sua família, a *gens* Cláudia. Depois dele, reina seu sobrinho Calígula (37-41 d.C.), jovem extravagante e pouco equilibrado; muito relacionado com Herodes Agripa I, no entanto, chega quase a provocar a revolta dos judeus (cf. p. 112). É assassinado em 41, e o exército proclama imperador seu tio Cláudio (41-54 d.C.); os documentos antigos o apresentam como um fraco de espírito; deve-se notar, todavia, que seu reinado foi antes benéfico e que ele soube fazer progredir a administração imperial. Seu filho adotivo, Nero (54-68), sucede-lhe em 54; o reinado deste é marcado pelo incêndio de Roma em 64, pelo martírio de Pedro (em 64?) e de Paulo (em 67?) e pelo começo da grande revolta judaica. Em 68, uma conspiração afasta-o do poder e, após vários meses de anarquia, é Vespasiano (69-79), comandante-chefe do exército da Palestina, quem assume o poder. Sucede-lhe seus dois filhos: primeiro, Tito (79-81), o vencedor de Jerusalém, depois Domiciano (81-96). Este último é derrubado por uma conspiração senatorial que leva ao poder Nerva; sem filhos, ele adota Trajano, o qual designará depois Adriano; a dinastia dos Antoninos se perpetua até o final do século com Antonino, Marco Aurélio e Cômodo.

Situação geográfica

Com a morte de Augusto, o Império Romano quase atingiu sua maior extensão. Compreende, no extremo oeste, as duas províncias de Espanha às quais se soma a Lusitânia (substancialmente, o atual território de Portugal); os romanos chegaram à Península Ibérica

na época da guerra de Aníbal (218-201 a.C.) e conquistaram-na progressivamente; a pacificação, às vezes bastante difícil, não ficou concluída senão no começo do reinado de Augusto. A seguir, vêm os gauleses e o distrito das Germânicas; os romanos começaram sua conquista no fim do século II a.C. e César prosseguiu sua anexação entre 58 e 50. Sob Augusto, e depois durante os primeiros anos do reinado de Tibério, em vão se tentou estender mais ao longe os limites: finalmente a fronteira ficará situada no Reno. Para o lado leste, as províncias de Récia, Nórica, Panônia e Mésia são limitadas pelo curso do Danúbio. Ao sul, a Península Balcânica foi conquistada entre 167 e 146. Os romanos penetraram na Ásia Menor em 133 a.C., quando Átalo de Pérgamo legou-lhes seu reino que se tornou a província da Ásia; o resto foi conquistado durante as guerras do século I a.C. ou por legados no começo do império. A Síria, cuja fronteira é constituída pelo Eufrates a nordeste, depois pelo deserto, foi conquistada em 64 a.C. por Pompeu. Ao sul, o pequeno estado da Palestina, que se tornou vassalo desde 63, serve como barreira de proteção. O Egito, anexado em 30 a.C., é domínio pessoal do imperador. A oeste, a Cirenaica, organizada como província em 74 a.C., não é mais que uma faixa costeira, associada administrativamente a Creta. A Tripolitânia foi reunida por César ao antigo domínio de Cartago para formar a chamada África Proconsular. Alguns territórios são anexados durante os reinados seguintes: as Mauritânias (Argélia e Marrocos) sob Calígula, a Bretanha (atual Inglaterra), cuja conquista, começada por Cláudio, será muito difícil pois a pacificação terá prosseguimento ainda sob Adriano; Domiciano assegura a proteção da reentrância entre as fontes do Danúbio e do Reno, constituindo a zona militar dos Campos Decumatos; enfim Trajano anexa a Arábia em 105 d.C. (a Transjordânia) e a Dácia em 107; tenta ainda estender o poderio romano além do Eufrates, mas estas conquistas são abandonadas desde sua morte (cf. p. 93). O reinado de Trajano é, aliás, a última tentativa de expansão: depois dele, Adriano fixará definitivamente os limites do Império Romano, completando o sistema defensivo iniciado por seus predecessores.